ATOS E FATOS

São Luís - MA, Sexta-Feira, 16 de Setembro de 2022

MARANHÃO / R$ 2,50 OUTROS ESTADOS - ANO XXV - Nº 54785

TSE lança campanha pela paz nas eleições

PÁGINA 4

Copa do Brasil: Flamengo derrota São Paulo no Maracanã e chega à final

PÁGINA 6

POLÍTICA:

Moraes lamenta episódios de violência em período eleitoral

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Alexandre de Moraes, afirmou nesta quinta-feira (15) que os episódios de violência, física e verbal, que foram relatados recentemente são lamentáveis e "totalmente fora dos padrões da civilidade".. Pag. 3

Governo eleva previsão de crescimento da economia para 2,7%

PÁGINA 5

PF realiza operação contra fraudes em licitação e superfaturamento de contratos em Presidente Dutra, no MA

PÁGINA 8

Ex-aluno de escola pública do Maranhão é aprovado em cinco universidades dos EUA

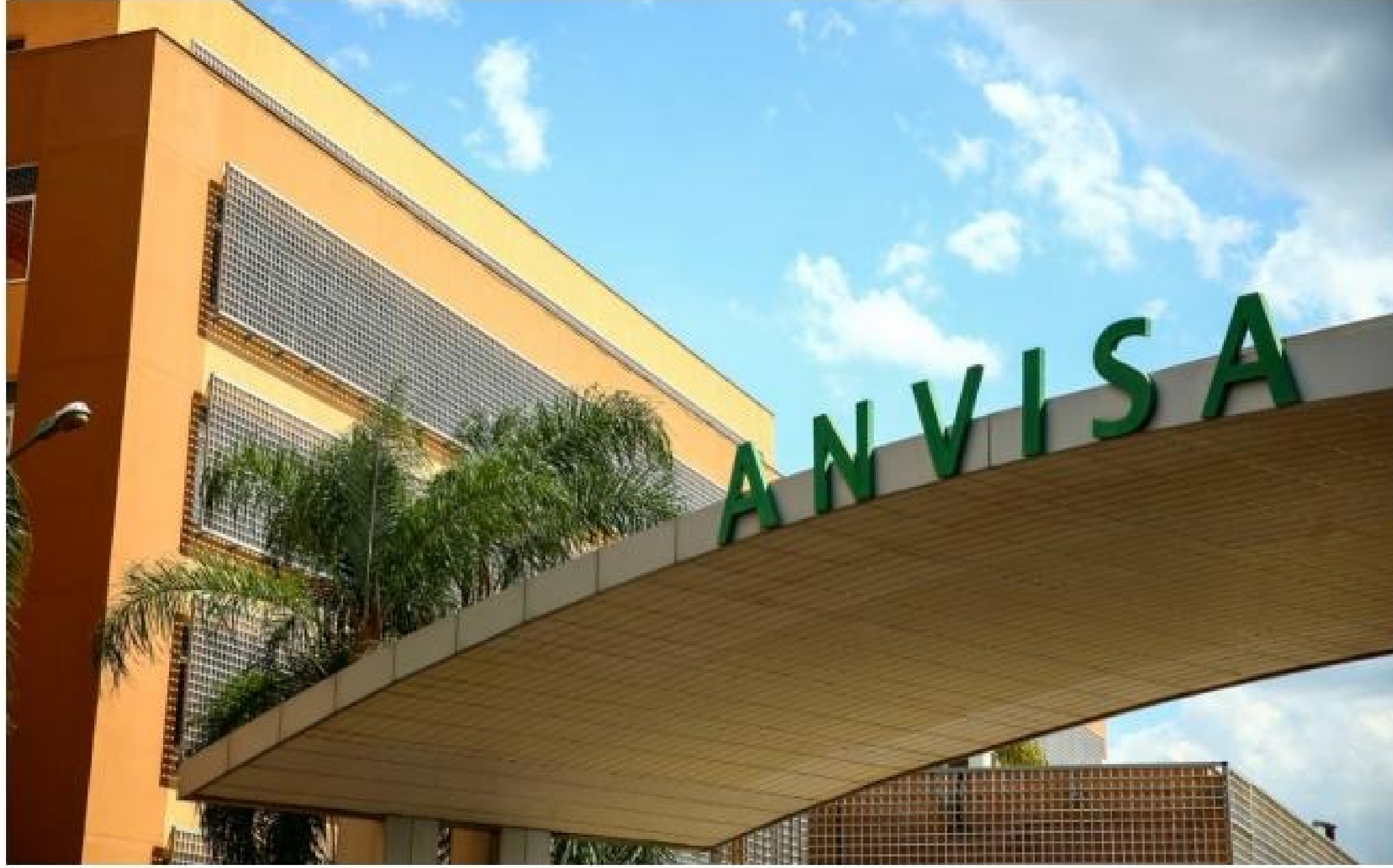
PÁGINA 7

STF volta a julgar compartilhamento de dados entre órgãos públicos

PÁGINA 4

Anvisa fará consulta sobre norma para medicamentos de doenças raras

PÁGINA 2

Anvisa fará consulta sobre norma para medicamentos de doenças raras

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) vai submeter à consulta pública a proposta de suspender a atual obrigatoriedade dos fabricantes de medicamentos e produtos destinados a pacientes com doenças raras de participarem da chamada reunião de pré-submissão com técnicos da agência. Os detalhes sobre o processo de consulta aos interessados ainda serão definidos e posteriormente divulgados.

Prevista na Resolução de Diretoria Colegiada (RDC) nº 205, de dezembro de 2017, a reunião de pré-submissão é uma das etapas que as empresas farmacêuticas têm que cumprir a fim de obter a autorização necessária para realizar ensaios clínicos com medicamentos para doenças raras. No entendimento de técnicos da Anvisa, o procedimento, estabelecido em conjunto com outras medidas para agilizar o processo de disponibilização de medicamentos para doenças raras, acabou se tornado uma mera etapa burocrática.

"Desde que a referida resolução entrou em vigor, a área técnica relata ter observado grande número de reuniões [de pré-submissão] realizadas em caráter meramente protocolar devido à obrigatoriedade prevista. Adicionalmente, constatou-se que a realização dessas reuniões impactam de forma significativa as atividades da área [técnica responsável] sem agregar valor às atividades realizadas", comentou a diretora Meiruze Sousa Freitas, relatora do processo, ao ler seu voto.

Ainda segundo Meiruze, a proposta da Anvisa é suspender a obrigatoriedade da realização das reuniões de pré-submissão apenas para os pedidos de anuência de ensaios clínicos – previstos nos artigos 10 e 11 da RDC – mantendo a obrigatoriedade em processos de registro de novos medicamentos que, segundo a diretora, são mais "complexos".

"Quando a gente traz qualquer modificação nesta matéria, o primeiro questionamento é uma preocupação. Então, quero deixar bem claro: manteremos as diretrizes de vias aceleradas para avaliação tanto da pesquisa clínica quanto do registro e do pós-registro de medicamentos e produtos biológicos para doenças raras. Neste momento, trata-se de uma mudança pontual, em um procedimento de trabalho que visa a dar celeridade e favorecer que outros produtos possam ser avaliados no âmbito da pesquisa clínica pela via da RDC 205", comentou a diretora, revelando que a área técnica se manifestou favorável à mudança sem a necessidade de que esta fosse submetida à consulta pública, mas que, como relatora do processo, preferiu recomendar que os interessados fossem ouvidos.

Caracterizadas por ampla diversidade de sinais e sintomas que variam não só de caso para caso, mas também de pessoa para pessoa, as chamadas doenças raras são aquelas que afetam até 65 pessoas a cada grupo de cem mil pessoas.

Segundo o Ministério da Saúde, estima-se que existam entre 6 mil e 8 mil diferentes tipos de doenças raras em todo o mundo. De acordo com a Anvisa, elas são geralmente crônicas, progressivas e incapacitantes, podendo ser degenerativas e levar à morte.

Em seu voto, a diretora Meiruze Sousa Freitas apontou que, só no Brasil, há cerca de 13 milhões de pessoas acometidas por manifestações de algum tipo de doença rara, que, em 75% dos casos, afetam crianças.

SUS realiza cirurgia pediátrica inédita no Rio de Janeiro

Médicos do Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia (INTO) realizaram, pela primeira vez através do Sistema Único de Saúde (SUS), técnica que corrige quadros graves de escoliose e hipercifose infantis com apenas um procedimento cirúrgico.

A nova tecnologia de alongamento da coluna, que é voltada para crianças de até dez anos de idade, diminui a exposição de pacientes infantis a novas cirurgias, enquanto o tratamento convencional exige o retorno dos pacientes pediátricos a cada seis meses para a manutenção do procedimento.

A técnica foi criada pelo médico ortopedista francês Lotfi Miladi, do Hospital Necker-Enfants Malades, vinculado à Universidade de Paris. O especialista esteve no INTO, no último dia 29, para participar do procedimento, que durou cerca de três horas, ao lado do chefe do Centro de Doenças da Coluna do INTO, Ricardo Meirelles, e do ortopedista do mesmo Centro, Alderico Girão.

"Uma criança que chegava ao tratamento com sete anos realizava, no mínimo, seis cirurgias para completar a correção dessas doenças, então, além da redução da exposição a anestesias e infecções, há uma queda da reincidência desses procedimentos e consequente aumento da produção cirúrgica para atender outros pacientes", explica Meirelles.

A paciente operada foi uma menina de 8 anos de idade com paralisia cerebral. A mãe dela, Regina Célia de Matos Ferreira, comemora a boa recuperação.

"A recuperação dela tem sido muito boa, ela não tem sentido dor nenhuma, já tá sentando na cadeirinha, ela tá super bem. Ela já consegue segurar na minha mão e forçar o corpo pra levantar sozinha. Eu fiquei muito feliz porque a cirurgia normal teria que abrir a coluna dela toda, e com essa cirurgia foi um pequeno corte embaixo e um segundo por trás do pescoço. Foi muito bom eu saber que ela não vai precisar fazer novas cirurgias", afirmou Regina.

Durante a cirurgia é inserido um dispositivo, que funciona como uma catraca, capaz de acompanhar o alongamento vertebral da criança durante o seu desenvolvimento corporal. Entre os benefícios da iniciativa estão o menor tempo de internação dos pacientes, redução de cerca de seis horas da duração da cirurgia, manutenção da capacidade pulmonar e a extinção do risco de lesões na medula óssea.

"A escoliose e a hipercifose precoces possuem, normalmente, origem neuromuscular. Esse é o caso da paciente operada pelo INTO. Esperamos devolver a essa criança equilíbrio do tronco e melhora na qualidade de vida", pontua Meirelles.

A nova tecnologia foi utilizada no Brasil somente pela Associação de Assistência à Criança Deficiente, em São Paulo. No Rio de Janeiro, esta é a primeira vez que o procedimento é executado.

Plano de saúde é condenado por não autorizar internação de criança

Uma operadora de plano de saúde, junto com um hospital, foi condenada a indenizar moralmente em 5 mil reais os pais de uma criança, conforme sentença proferida na 1ª Vara Cível de São José de Ribamar, termo judiciário da Comarca da Ilha. O motivo foi a negativa do plano em autorizar a internação da criança, alegando o não cumprimento de carência contratual. Conforme narrado na ação, que teve como partes demandadas a Unimed Imperatriz, Affix Administradora de Benefícios e Hospital São Domingos, o autor alegou que mantém vínculo de prestação de serviços com as prestadoras Unimed e Affix, sendo que em fevereiro de 2021, necessitou de atendimento de urgência e emergência.

A criança foi acometida do quadro de dor de garganta há 1 dia, febre elevada e persistente há 15 horas, vômitos frequentes, hmg com leucócitos e elevada e desvio a esquerda. O médico atendente solicitou, então, a internação. Contudo, o pleito foi negado sob a justificativa de não cumprimento de carência contratual. Em virtude disso, o autor precisou pagar ao Hospital São Domingos a quantia de R$ 613,17, a título de despesas médicas, bem como precisou pedir alta hospitalar, uma vez que não poderia arcar com as despesas da internação. Diante da situação, pleiteou na Justiça os danos morais e materiais, uma vez que a negativa de atendimento teria sido ilegal e lesionou o direito à saúde do autor.

Em contestação, a requerida Unimed Imperatriz alegou inexistência de ato ilícito, uma vez que o contrato formulado entre as partes prevê expressamente os prazos de carência para internação, bem como que não é possível aferir, dos documentos anexos ao processo, que o atendimento solicitado pelo autor tratava-se de demanda de emergência. A segunda requerida, Affix Administradora de Benefícios, alegou ilegitimidade passiva, uma vez que desempenha exclusivamente o papel de intermediadora de planos de saúde, não mantendo vínculo obrigacional com os beneficiários no que se refere à cobertura, manutenção ou exclusão do plano de saúde. Afirmou que sequer tomou ciência da alegada negativa de atendimento.

Já o terceiro requerido, o Hospital São Domingos, argumentou que eventuais transtornos do autor decorrem de ato da primeira ré, não tendo o hospital participação na relação contratual entre o requerente e a operadora de planos de saúde. No mérito, alegou inexistência de falha na prestação de serviços, encontrando-se no exercício regular de um direito quando cobrou o valor dos atendimentos médicos não autorizados pelo plano, tendo o requerente assinado contrato de aquisição dos serviços prestados. Para a Justiça, as rés integram a cadeia de fornecedores de serviço, sendo a responsabilidade solidária.

"Tendo mais de um autor a ofensa, todos responderão solidariamente pela reparação dos danos previstos nas normas de consumo (…) Assim, há uma relação de interdependência entre o plano de saúde e sua rede hospitalar credenciada para atendimento de seus usuários (…) Tanto é prova deste comportamento que o hospital, assim que inicia o atendimento em suas dependências, se cerca de todos os dados necessários para que o pagamento do serviço seja coberto pelo plano de saúde contratado pelo usuário, demonstrando, assim, a vinculação contratual existente entre o usuário, plano de saúde e hospital (…) Ainda, a administradora do plano de saúde, na qualidade de gestora do contrato, responde solidariamente com a operadora perante os consumidores, uma vez que ambas atuam como fornecedoras no fomento dos serviços convencionados", destacou a sentença, citando decisões judiciais em casos semelhantes.

"A situação em questão tratava-se de emergência médica, caso que a Lei 9.656/98 (Lei dos Planos de Saúde) estabelece prazo máximo de carência de 24 horas (…) Esses dispositivos legais preconizam que, mesmo durante o prazo de carência do plano de saúde contratado, existindo a necessidade de uma intervenção médico-hospitalar de emergência, o paciente deve ser prontamente atendido, objetivando, assim, a preservação da sua vida, órgãos e funções", pontuou, frisando que não procede a alegação do plano quanto a situação de saúde do autor não ser emergencial.

A Justiça entendeu que a avaliação médica não pode ser suplantada pelo entendimento do plano de saúde, visto que aquele profissional é o gabaritado para constatar o estado de saúde do autor, devendo ser levada em conta seu parecer profissional. "O autor foi privado da internação hospitalar, mesmo constando na avaliação médica a indicação de tratar-se de demanda de emergência, conforme documento anexado ao processo, sob a justificativa de não cumprimento de carência para internação (…) Os requeridos não se desincumbiram do ônus de comprovar o rompimento do nexo causal, de modo que resta devidamente configurado o ato ilícito, o dano, e a necessidade de sua reparação (…) Quanto à extensão dos danos, estes são de ordem material e moral", enfatizou.

Moraes lamenta episódios de violência em período eleitoral

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Alexandre de Moraes, afirmou nesta quinta-feira (15) que os episódios de violência, física e verbal, que foram relatados recentemente são lamentáveis e "totalmente fora dos padrões da civilidade".

"Lamentavelmente, nós estamos vendo alguns acontecimentos lamentáveis mesmo, de violência, seja violência física como ocorreram entre eleitores, como violência verbal, tivemos oportunidade de ver recentemente um deputado estadual agredir verbalmente uma jornalista. Uma coisa totalmente fora dos padrões de civilidade", disse.

Segundo o ministro, "é importantíssimo comemorarmos e relembrarmos, no dia internacional da democracia, que o Tribunal Superior Eleitoral e todo o poder judiciário existem exatamente para garantir o Estado Democrático de Direito e pra garantir a democracia".

A declaração foi dada em sessão após o ministro dizer que vai haver uma parceria com a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e times da série "A" do Campeonato Brasileiro de futebol, lançou a Campanha pela Paz nas Eleições 2022.

A ação começa hoje, data em que é celebrado o Dia Internacional da Democracia, em partida válida pelas semifinais da Copa do Brasil entre Corinthians e Fluminense em São Paulo (SP).

O início da partida será marcado pela presença de uma urna eletrônica inflável gigante. A ideia é mostrar apoio ao sistema eletrônico de votação fazendo com que as equipes que representam o futebol brasileiro "joguem no mesmo lado", por eleições pacíficas, limpas e que espelhem fielmente a vontade do povo. Um verdadeiro sinal de fair play dentro e fora de campo.

"Obviamente, se é com a CBF, tinha que ser com o melhor time do Brasil, no jogo Corinthians e Fluminense de hoje, se inicia e depois, no jogo do Flamengo. Mas pra mostrar, e essa foi a ideia da CBF e do TSE, mas pra mostrar que assim como no esporte, adversários não são inimigos.

Adversários devem se respeitar, adversários devem jogar a regra do jogo, que no caso eleitoral é a legislação eleitoral e é a Constituição", afirmou o ministro.

Alesp recebe oito pedidos de cassação de Douglas Garcia após ataque a jornalista

A Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) informou, nesta quinta-feira (18), que oito representações já foram protocoladas contra Douglas Garcia (Republicanos) no Conselho de Ética. Ele deve ser notificado ainda hoje.

Os membros que protocolaram a cassação do parlamentar foram: Emidio de Souza, Paulo Fiorilo (PT) e Marcia Lia (PT); Leci Brandão (PCdoB) e Isa Penna (PCdoB); Patrícia Bezerra (PSDB); Mônica Seixas (PSOL); Luiz Fernando (PT); Vinicius Camarinha (PSDB); e Carla Morando (PSDB)

O órgão apura denúncias contra o deputado do Republicanos que ofendeu a jornalista Vera Magalhães após um debate para as eleições estaduais de São Paulo, realizado nesta terça.

A partir do recebimento da representação pelo Conselho de Ética, os pedidos seguem para autuação pela Secretaria Geral Parlamentar. Depois de autuados, o Conselho manda cópia para os deputados membros do Conselho e comunica o representado para apresentar defesa prévia.

Apresentada a defesa ou decorrido o prazo sem apresentação de defesa é marcada reunião para admissibilidade da representação. Caso não recebida a representação, o documento é arquivado. Se recebida, o representado é cientificado para apresentar a defesa de mérito.

Recebida a defesa de mérito, uma cópia é enviada aos deputados membros do Conselho e a presidente designa o relator para apresentar seu voto. Recebido o voto é, então, designada uma reunião para apreciação do tema.

A decisão pode ser pelo arquivamento ou por aplicação de penalidade.

As penalidades podem ser: advertência, censura verbal ou escrita, perda temporária do mandato ou perda de mandato. A advertência ou censura verbal são aplicadas ao deputado em reunião do Conselho de Ética.

A censura escrita acontece após homologação da mesa e será encaminhada ao deputado.

Caso a penalidade seja perda temporária de mandato ou perda de mandato é necessária a concordância da mesa diretora da Alesp para prosseguimento.

Com o aval da Mesa é elaborado o Projeto de Resolução que segue para votação em plenário por maioria simples. A representação deve tramitar no Conselho por até 30 dias.

Candidatos à presidência gastam R$ 7,4 mi em impulsionamento de conteúdo na web

Os candidatos à presidência da República nas eleições de 2022 declararam até o momento terem gasto R$ 7,4 milhões para impulsionar conteúdo na internet. Os dados foram disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) nesta quinta-feira (15), após a prestação parcial de contas sobre as despesas contratadas por eles do início da campanha, em 16 de agosto, até 8 de setembro.

Simone Tebet (MDB) lidera o ranking com o maior valor investido na divulgação de conteúdo. Segundo declarou ao TSE, a candidata empenhou R$ 2,7 milhões com contratos de impulsionamento na internet. Do total, 69% — cerca de R$ 1,9 milhão — foram direcionados para a empresa Facebook Serviços Online do Brasil.

Na prestação, a candidata informou que a propaganda ocorre tanto no Facebook quanto no Instagram. Já com o Google Brasil Internet, que compreende anúncios nas pesquisas do Google, sites de terceiros e YouTube, a campanha de Tebet informou ter contrato de R$ 841 mil.

Ao TSE, o ex-presidente Lula (PT) declarou ter gasto R$ 2,2 milhões em contratos para impulsionar conteúdo, sendo R$ 1,9 milhão destinados ao CNPJ representante do Google no Brasil. Segundo prestações do petista, 85% foram investidos em conteúdos voltados para espaços do Google. Já para o Facebook os gastos foram de apenas R$ 335 mil, realizados por meio da Dlocal Brasil, uma processadora de pagamentos digitais.

Ciro Gomes (PDT) informou ao TSE ter empenhado R$ 1,2 milhão com impulsionamento de conteúdo, sendo R$ 823 mil destinados ao Facebook e R$ 146 mil ao Google. Diferente dos outros candidatos, Ciro também declarou R$ 290 mil para a empresa Joyo Tecnologia Brasil LTDA., que tem como atividade principal serviços em portais e provedores de conteúdo relacionados à informação na internet.

Em resolução sobre propaganda eleitoral, o TSE deixa claro que gastos com impulsionamento devem ser contratados de forma direta com o provedor, ou seja, com a plataforma. A CNN entrou em contato com a campanha de Ciro e aguarda resposta.

Já o presidente Jair Bolsonaro (PL), candidato à reeleição, declarou apenas R$ 538 mil com impulsionamento de conteúdo nas redes, sendo o total pago à representante do Facebook no Brasil.

Soraya Thronicke (União Brasil), segundo sua prestação de contas apresentada ao TSE, contratou pouco mais de R$ 510 mil. Desses, R$ 310 mil foram com o Facebook e R$ 200 mil com o Google.

O candidato Felipe d'Avila (Novo) informou ao TSE ter investido R$ 50 mil com impulsionamento digital, dividido quase de forma igual entre Facebook e Google. A candidata Vera Lúcia (PSTU) declarou ao TSE ter desembolsado R$ 20 mil com o Facebook. E o candidato Constituinte Eymael (DC) declarou R$ 3 mil com serviços prestados pelo Facebook.

Léo Péricles (UP), Padre Kelmon (PTB) e Sofia Manzano (PCB) não declararam despesas com impulsionamento de conteúdo até o momento.

Segundo o TSE, o impulsionamento de conteúdo na internet é permitido desde que não haja disparo em massa por meio de aplicativos de mensagem. O Tribunal também diz que não pode haver pedido explícito de votos e que o limite de gastos com a campanha deve ser respeitado.

Ainda segundo resolução sobre propaganda nas eleições, apenas as empresas cadastradas na Justiça Eleitoral podem realizar o impulsionamento. Caso as regras sejam violadas, o candidato pode pagar multa de R$ 5 mil a R$ 30 mil ou o dobro do que foi gasto no serviço.

TSE lança campanha pela paz nas eleições

Preocupado com os casos de violência física e moral decorrente de preferências ideológicas, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) lançou hoje (15) uma campanha publicitária pela paz nas eleições.

Realizada em parceria com a Confederação Brasileira de Futebol (CBF), a iniciativa contará com a divulgação de peças publicitárias que destacam a importância da liberdade de escolhas e do respeito às diferenças. Além disso, a réplica gigante e inflável de uma urna eletrônica será exposta durante algumas das partidas da Série A do Campeonato Brasileiro de futebol.

Em nota, a assessoria do TSE informa que a urna inflável serve para demonstrar "apoio ao sistema eletrônico de votação". Além disso, ao iniciar a sessão de julgamentos desta quinta-feira, o presidente da corte, ministro Alexandre de Moraes, afirmou que a campanha deve transmitir a mensagem de que "assim como no esporte, adversários [políticos] não são inimigos".

"Lamentavelmente, estamos vendo alguns acontecimentos de violência, seja ela física, como ocorreram entre eleitores, seja verbal", afirmou Moraes, comentando as ofensas verbais com que o deputado estadual paulista Douglas Garcia (Republicanos) atacou a jornalista Vera Magalhães no final de um debate televisivo entre candidatos ao governo de São Paulo, na última terça-feira (13).

"Tivemos a oportunidade de ver, recentemente, um deputado estadual agredir verbalmente uma jornalista. Uma coisa totalmente fora dos padrões de civilidade", disse Moraes, pedindo aos candidatos e eleitores que mantenham a "tranquilidade e serenidade" a fim de que o país possa escolher seus representantes políticos no próximo dia 2 de outubro, primeiro turno das eleições majoritárias.

O lançamento da campanha coincide com o Dia Internacional da Democracia, data estabelecida em 2007, pela Organização das Nações Unidas (ONU), em comemoração à Declaração Universal da Democracia, assinada por 128 países, inclusive o Brasil.

O documento propõe um melhor entendimento sobre os conceitos de democracia por parte das sociedades. Para Moraes, a data também é uma oportunidade para a população brasileira lembrar que o país vive o maior período de estabilidade democrática desde a proclamação da República, em 1889.

Para o ministro, essa recente estabilidade foi favorecida pela Constituição Federal promulgada em 1988 que, entre outras coisas, reestruturou o Poder Judiciário, conferindo-lhe autonomia administrativa e financeira e assegurando garantias aos juízes para o exercício de suas funções.

"Repito sempre que em 1988, nossos legisladores constituintes tiveram a sabedoria e a humildade de olhar para trás e se perguntar o porquê de a democracia brasileira ter sofrido tantos percalços, tantos períodos de exceção, no período republicano", disse o ministro. "E tiveram a humildade de colocar no texto constitucional um novo balanceamento entre poderes; de reconhecer que, no Brasil e em toda a América Latina, o Poder Legislativo não conseguiu, historicamente, fazer frente aos arroubos do Poder Executivo de várias ditaduras. E fez [então] o que os pais fundadores [dos Estados Unidos] fizeram em 1787, elevando o Poder Judiciário brasileiro a um poder de mesma dignidade dos demais poderes", ponderou Moraes, atribuindo a garantia de estabilidade democrática a um "Poder Judiciário forte, independente e autônomo".

STF volta a julgar compartilhamento de dados entre órgãos públicos

O Supremo Tribunal Federal (STF) retomou ontem (14) o julgamento de duas ações que contestam o Decreto 10.046/2019, norma que criou mecanismos de compartilhamento de dados dos cidadãos entre órgãos da administração pública federal.

As ações foram protocoladas pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e o PSB, que contestam a legalidade do Cadastro Base do Cidadão e do Comitê Central de Governança de Dados. O julgamento começou no dia 1º de setembro.

As entidades alegam que o compartilhamento de dados viola a privacidade da população e traz riscos de uso indevido, como envio de dados à Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e vazamento de informações.

Primeiro ministro a votar sobre a questão, Gilmar Mendes entendeu que os dados podem ser compartilhados pela administração pública, mas com ressalvas, como seguir as regras estabelecidas na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). No caso de divulgação de dados sigilosos, o ato ainda poderá ser punido como improbidade administrativa.

Em seguida, os ministros André Mendonça e Nunes Marques seguiram o relator parcialmente, mas divergiram no prazo para implementação do entendimento do STF, que seria até 31 de dezembro deste ano, e não em 60 dias, como defendeu Mendes.

Após as manifestações, o julgamento foi suspenso e será retomado amanhã (15).

Após a entrada em vigor da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), o governo federal regulamentou o compartilhamento de dados entre os órgãos da administração pública federal e criou o Cadastro Base do Cidadão, por meio do Decreto 10.046, de 9 de outubro de 2019.

Com o cadastro unificado, órgãos do governo federal cruzam dados disponíveis na base de informações para digitalização de serviços públicos, como certificação internacional de vacinação, registro de pescador amador, declaração de aptidão para programas de agricultura familiar e para solicitação de benefícios sociais.

A base integrada contém dados gerais sobre os brasileiros como CPF (Cadastro de Pessoa Física), nome, data de nascimento, sexo, filiação, nacionalidade e naturalidade.

Cartilha orienta sobre destinação de materiais sem uso na Justiça estadual

A Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA) disponibiliza uma cartilha informativa sobre o que é necessário fazer a destinação de bens sob guarda do Poder Judiciário. O material explica o passo a passo para cumprir a Resolução 54/2020, que trata da destinação dos bens sem uso na Justiça estadual.

A ação se soma às atividades educativas realizadas pelo Tribunal de Justiça, Corregedoria Geral da Justiça e Escola Superior da Magistratura do Maranhão na Campanha "Destralhe 2022", que promove ações de sustentabilidade ambiental, com foco no combate ao desperdício. A campanha comemora, em 17 de setembro, o "Dia Mundial da Limpeza".

A cartilha virtual, acompanhada de vídeo no youtube, expõe os quatro passos que podem ser seguidos pelos servidores na hora de fazer a baixa no volume de bens apreendidos e custodiados em varas e juizados especiais, que incluem inventário e classificação do material; separação do que é necessário para a instrução processual; organização em categorias e destinação, conforme decisão judicial.

A cartilha foi produzida durante a gestão do desembargador Paulo Velten e informa que o Poder Judiciário mantém a guarda de inúmeros bens, como veículos e eletrônicos, que foram objeto de constrição judicial, em que o titular de um bem perde o direito de dispor do uso, em decorrência de processo judicial. Diante do grande número de procedimentos, esses objetos se acumulam e perdem sua utilidade.

"Por esse motivo, é importante manter uma rotina de gestão patrimonial no sentido de dar maior agilidade na destinação dos bens custodiados, reduzindo custos de manutenção para o Poder Judiciário e protegendo o meio ambiente", diz o texto.

O Provimento nº 54/2020, editado pela Corregedoria Geral da Justiça, tornou mais simples o processo de gerenciamento, devolução e descarte do material, nas esferas cível e criminal.

Este provimento proíbe o envio e guarda de bens oriundos de litígios de natureza cível para o Depósito Público Judicial ou para as Varas e Juizados Especiais Cíveis

De acordo com esse ato normativo, desde que seja verificada a inutilidade ou deterioração do bem, o juiz da unidade judicial poderá determinar a destruição do material, depois de ouvir o Ministério Público.

A Resolução é fundamentada em recentes alterações legislativas introduzidas pelas Leis nº 13.840/2019 e nº 13.886/2019, quanto à gestão de ativos apreendidos em processos criminais.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DO MARANHÃO-MA

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP No 26/2022

O MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO MARANHÃO-MA, através da Prefeitura Municipal de Bela Vista do Maranhão, torna público aos interessados que, com base na Lei no 10.520/02, Decreto Municipal no 013/2020, Lei Complementar nº 123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, Lei Complementar no 155/2016, aplicando-se subsidiariamente as disposições da Lei no 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislações pertinentes, fará realizar no dia 29 de setembro de 2022, às 09:00 (nove) horas, no site: https://www.licitabelavistadomaranhao.com.br, licitação modalidade Pregão Eletrônico SRP no 26/2022, Sistema de Registo de Preços, do tipo menor preço por item, tendo como objeto o registro de preços para eventual e futura Contratação de empresa especializada para aquisição de equipamentos de fisioterapia destinados ao Fundo Municipal de Saúde do Município de Bela Vista do Maranhão - MA, conforme edital e seus anexos. O edital e seus anexos estão à disposição dos interessados no endereço na Sala da CPL, localizado na Rua do Comércio, s/no, Centro, de 2a a 6a feira, no horário das 08:00hs (oito horas) às 12:00hs (doze horas), no endereço eletrônico deste poder executivo www.licitabelavistadomaranhao.com.br ou http://belavista.ma.gov.br, e-mail: cplbelavista@gmail.com, onde poderão ser consultados ou obtidos gratuitamente. Esclarecimentos adicionais no endereço acima citado. Bela Vista do Maranhão – MA. em 13 de setembro de 2022.Marlon de Sousa Silva-Pregoeiro Municipal.

Governo eleva previsão de crescimento da economia para 2,7%

A Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Economia elevou a projeção para o crescimento da economia este ano, enquanto a estimativa para a inflação teve recuo. As projeções estão no Boletim MacroFiscal divulgado hoje (15).

A estimativa para o aumento do Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e dos serviços produzidos no país) foi de 2% para 2,7%, em relação ao boletim divulgado em julho, reflexo do aumento do emprego, do desempenho do setor de serviços e da elevação da taxa de investimento.

"A revisão altista para a atividade econômica em 2022 se deve principalmente ao resultado do PIB do segundo trimestre – crescimento de 1,2% na margem – superior ao estimado e à tendência positiva dos indicadores já divulgados para o terceiro trimestre de 2022", informou a SPE.

No primeiro semestre, o indicador acumula alta de 2,5%. Em 2021, o PIB do Brasil cresceu 4,6%, totalizando R$ 8,7 trilhões.

De acordo com o Ministério da Economia, houve expansão no mercado de trabalho, com a taxa de desocupação caindo para 9,1% no trimestre encerrado em julho e o contingente de pessoas ocupadas chegando a quase 100 milhões, um recorde na série histórica, iniciada em 2012. Os dados são do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No âmbito dos investimentos, a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) cresceu 4,8% em relação ao trimestre anterior na última divulgação das contas nacionais. E, segundo dados do IBGE, os indicadores do setor de serviços tiveram expansão anualizada de quase 4,5% nos últimos três trimestres.

O Ministério da Economia espera a continuidade do crescimento da atividade ao longo deste segundo semestre. "As primeiras divulgações para o mês de julho sugerem que indústria, serviços e mercado de trabalho continuam crescendo. As séries de confiança confirmam as expectativas positivas para o terceiro trimestre de 2022, com expansão disseminada nos diversos setores", diz a SPE.

Entretanto, as estimativas pressupõem alguma desaceleração da economia ao longo desse período em razão de riscos externos, como a desaceleração do crescimento global e os impactos da guerra na Ucrânia. Nesse contexto adverso, houve uma revisão das taxas de crescimento dos países desenvolvidos e emergentes que ajudam a compor o cenário básico para as projeções.

"O cenário básico para a projeção da atividade nesta grade de parâmetros pressupõe, como hipótese importante, um crescimento moderado para 2023 das economias desenvolvidas e emergentes de 1,1% e 4,4%, respectivamente. Isso indica que, segundo o consenso de mercado, deverá ocorrer uma desaceleração da atividade econômica nos países desenvolvidos, mas uma aceleração do crescimento para os emergentes, quando comparado às últimas estimativas para 2022. Deve-se destacar que o cenário básico não considera uma recessão global, com efeitos negativos nos termos de troca e nas condições financeiras locais", diz o boletim.

Para os próximos anos, de 2023 a 2026, a estimativa de crescimento do PIB brasileiro se manteve em 2,5%.

A projeção de inflação pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) para 2022 recuou de 7,2% para 6,3%. Mas ainda está acima da meta de inflação para o ano, definida pelo Conselho Monetário Nacional em 3,5%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 2% e o superior é 5%.

No ano, o IPCA já acumula alta de 4,39% e, em 12 meses, o índice total está em 8,73%.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), utilizado para estabelecer o valor do salário mínimo, deverá encerrar este ano com variação de 6,54%, segundo a previsão da SPE, queda de 0,87 ponto percentual em relação ao boletim anterior. A projeção para o Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), que inclui também o setor atacadista e o custo da construção civil, além do consumidor final, é de 9,44%, abaixo da variação verificada na grade anterior, de 11,51%, e inferior à taxa registrada em 2021, de 17,74%.

Subir juros é absolutamente necessário para conter inflação, diz dirigente do BCE

O processo de aumento de juros na zona do euro é "absolutamente necessário", em meio à persistente escalada da inflação, afirmou o presidente do Banco Central da Irlanda e dirigente do Banco Central Europeu (BCE), Gabriel Makhlouf, nesta quinta-feira (15).

"Uma guinada para apertar ainda mais a política monetária foi necessária, porque história nos ensinou que essas questões inflação só serão exacerbadas se adiarmos a ação", disse ele, durante discurso em conferência em Dublin.

Na semana passada, o BCE intensificou o arrocho monetário e subiu juros em 75 pontos-base, após uma primeira alta de 50 pontos-base em julho.

Segundo Makhlouf, o objetivo é permitir que a economia se ajuste aos choques de oferta que tem enfrentado recentemente.

"Assegurando que a inflação retorne à meta de 2% no médio prazo, as recentes ações de política monetária do BCE podem contribuir para aliviar a pressão sobre a renda real das famílias e criar as condições para o retorno ao crescimento sustentável e à melhoria dos padrões de vida", destacou o dirigente do BCE.

Produção agrícola em 2021 bate novo recorde e atinge R$ 743,3 bilhões

O valor da produção agrícola do país em 2021 bateu novo recorde e alcançou R$ 743,3 bilhões, aumento de 58,6% em relação ao ano anterior. A área plantada totalizou 86,7 milhões de hectares, o que representou ampliação de quase 3,3 milhões de hectares, área 3,9% superior à registrada em 2020. Após dois anos seguidos de recordes na série, a safra de grãos caiu 0,4% em 2021, com 254,4 milhões de toneladas.

Os dados constam da publicação Produção Agrícola Municipal (PAM) 2021, divulgada hoje (15) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Segundo o levantamento, entre as culturas agrícolas que mais contribuíram para esse crescimento, o destaque foi para a soja, que alcançou a marca de 134,9 milhões de toneladas, gerando R$ 341,7 bilhões em valor bruto, acréscimo de 102,1% frente à safra anterior, até então recorde na série histórica. De acordo com a Secretaria de Comércio Exterior, do Ministério da Economia, a soja foi o segundo produto em valor na pauta de exportação nacional.

Conforme o IBGE, a produção de milho, segundo produto agrícola em valor de produção, apesar da queda de 14,9% no volume produzido, de 88,5 milhões de toneladas, gerou um valor bruto de R$ 116,4 bilhões, superando em 60,7% o registrado em 2020.

De acordo com os pesquisadores, a elevada demanda externa e interna das commodities agrícolas, com o dólar mantendo sua valorização frente ao real, somada à escalada nos preços dos combustíveis, os preços dos principais produtos agrícolas nacionais estabeleceram-se em patamares elevados. Como resultado, a produção agrícola brasileira, em 2021, apresentou novo crescimento no valor de produção.

"O ano foi marcado pela instabilidade climática entre o outono e o inverno, que afetou principalmente o desenvolvimento das culturas de segunda safra em boa parte do território nacional. Culturas como o milho, a cana-de-açúcar e o café apresentaram significativa queda na produção. Os estados do Paraná e Mato Grosso do Sul foram os mais afetados", informou o IBGE.

"Contudo, as principais culturas temporárias com predomínio de cultivo na primeira safra, como a soja e o arroz, apresentaram bons resultados. Destaque para o estado do Rio Grande do Sul, que apresentou boa recuperação, após problemas climáticos enfrentados no ano anterior, que afetaram a produtividade de diversas culturas no território gaúcho", acrescentou o instituto.

A quantidade produzida de cana-de-açúcar teve retração de 5,3% em 2021, influenciada por fatores climáticos desfavoráveis e redução da área de cultivo. Entretanto, o valor de produção alcançado no ano foi 24,4% superior, resultado da elevação dos preços do açúcar e etanol.

"A produção de café, outro importante produto agrícola nacional, em ano de bienalidade negativa do tipo arábica, registrou expressiva queda na produção frente à safra anterior, com redução de 19,2%, porém, com o aumento dos preços do grão no mercado global, apresentou crescimento do valor da produção na ordem de 27,9% no ano", diz a pesquisa.

O Centro-Oeste, mais uma vez, foi a região com maior valor da produção agrícola, totalizando R$ 261,3 bilhões, superando em 80,4% o período anterior, com destaque na produção de soja, milho e algodão. O destaque regional foi Mato Grosso, com a geração de R$ 151,7 bilhões, crescimento de 91,5% no ano, grande parte devido à soja, seu principal cultivo.

Segundo o IBGE, Sorriso, em Mato Grosso, com aumento de 86,4%, mais uma vez gerou o maior valor da produção agrícola nacional entre os municípios brasileiros, totalizando quase R$ 10 bilhões, tendo a soja e o milho como as culturas de maior valor.

O Sul registrou o segundo maior valor da produção entre as grandes regiões, com R$ 191,4 bilhões, um acréscimo de 73,4%. O município de Guarapuava, no Paraná, novamente registrou o maior valor da produção agrícola regional, gerando R$ 1,6 bilhão, com a soja como seu cultivo principal.

A Região Sudeste, por sua vez, destacou-se pela produção de cana-de-açúcar e café, alcançando R$ 165,1 bilhões, registrando alta de 32,2%. O município de Unaí, em Minas Gerais, teve o maior valor da produção agrícola regional, de R$ 2,7 bilhões, gerado, sobretudo, pela produção de soja em 2021.

Copa do Brasil: Flamengo derrota São Paulo no Maracanã e chega à final

O Flamengo fez valer a sua condição de favorito e derrotou o São Paulo por 1 a 0, na noite desta quarta-feira (14) no estádio do Maracanã, para se classificar para a decisão da Copa do Brasil.

Agora, a equipe comandada pelo técnico Dorival Júnior aguarda o resultado da outra semifinal, entre Corinthians e Fluminense na próxima quinta (15) na Neo Química Arena (a ida terminou em 2 a 2 no Maracanã), para saber quem será o seu adversário na grande decisão, que está programada para ser disputada nos dias 12 e 19 de outubro.

Em situação muito confortável, após vencer o confronto de ida por 3 a 1, e contando com o apoio de mais de 62 mil torcedores, o Rubro-Negro adotou uma postura mais conservadora nos primeiros minutos da partida. Porém, o São Paulo, que apostava nas jogadas pelo lado, pouco criava.

O tempo passou e o Flamengo começou a chegar com mais perigo ao ataque, abrindo o placar aos 35 minutos, quando Pedro tocou de primeira para Everton Ribeiro, que encontrou Arrascaeta, que bateu com categoria na saída de Jandrei.

Seis minutos depois o Rubro-Negro teve a oportunidade de ampliar a vantagem. Gabriel Barbosa aproveitou posicionamento errado de Jandrei para finalizar por cobertura. Porém, o goleiro se recuperou e conseguiu tirar a bola com um tapa no lance de maior emoção da etapa inicial.

O segundo tempo começou com o Flamengo criando uma boa oportunidade logo aos 4 minutos. Arrascaeta lançou Gabriel Barbosa na direita. O atacante finalizou travado e a bola sobrou para João Gomes, que encontrou Pedro, que bateu de virada por cima do gol.

Um minuto depois o São Paulo respondeu com Luciano, que finalizou na trave. A bola ainda sobrou com Calleri, mas o argentino mandou por cima do gol defendido por Santos.

Aos 18, o time de Dorival Júnior criou outra ótima oportunidade, quando o zagueiro Léo Pereira bateu forte de primeira após cobrança de escanteio de Everton Ribeiro. Mas a bola foi para fora.

O São Paulo até tentou responder, como na finalização de cabeça de Patrick aos 27 minutos, mas o Flamengo foi mais competente para administrar a vantagem até o apito final.

Roger Federer anuncia aposentadoria do tênis após torneio na semana que vem

O tenista suíço Roger Federer anunciou sua aposentadoria do esporte nesta quinta-feira (15), dizendo que a Copa Laver, que será disputada na próxima semana, será seu último torneio no circuito mundial de tênis masculino (ATP Tour).

"Joguei mais de 1.500 partidas em 24 anos. O tênis me tratou com mais generosidade do que eu jamais teria sonhado, e agora devo reconhecer quando é a hora de encerrar minha carreira competitiva", disse o vencedor de 20 Grand Slams, nas redes sociais.

Os últimos anos da carreira de Federer foram marcados por uma série de lesões. Ele passou por duas cirurgias no joelho em 2020 e outra depois de ser derrotado por Hubert Hurkacz, nas quartas de final de Wimbledon de 2021.

"Como muitos de vocês sabem, os últimos três anos me apresentaram desafios na forma de lesões e cirurgias. Trabalhei duro para voltar à plena forma competitiva. Mas também conheço as capacidades e limites do meu corpo, e sua mensagem para mim ultimamente tem sido clara. Eu tenho 41 anos", acrescentou.

"A Copa Laver, na próxima semana, em Londres, será meu último evento do ATP. Vou jogar mais tênis no futuro, é claro, mas não em Grand Slams ou no circuito", concluiu.

A longa carreira de Federer coincidiu com as de Rafael Nadal, 22 vezes vencedor de Grand Slams, e Novak Djokovic, 21 vezes vencedor de Grand Slams, com quem dominou o tênis masculino nas últimas duas décadas.

"Eu também gostaria de agradecer aos meus competidores na quadra", disse Federer.

"Tive a sorte de jogar tantas partidas épicas que jamais esquecerei. Lutamos de forma justa, com paixão e intensidade, e sempre fiz o meu melhor para respeitar a história do jogo. Sinto-me extremamente grato", afirmou.

Apesar de jogar ao lado de dois dos maiores jogadores de todos os tempos, Federer ainda quebrou vários recordes, incluindo se tornar o número 1 do mundo mais velho, aos 36 anos, e permanecer no topo do ranking por um recorde de 237 semanas consecutivas.

"Esta é uma decisão agridoce, porque sentirei falta de tudo que o circuito me deu", disse ele.

"Mas, ao mesmo tempo, há muito o que comemorar. Eu me considero uma das pessoas mais afortunadas da Terra. Deram-me um talento especial para jogar tênis e fiz isso em um nível que nunca imaginei, por muito mais tempo do que jamais imaginei ser possível", ponderou.

SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE NINA RODRIGUES - MA - SINSPUMNR

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE RATIFICAÇÃO DE FUNDAÇÃO

O Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Nina Rodrigues/MA - SINSPUMNR, CNPJ: 07.177.452/0001-92, CONVOCA a categoria profissional que abrange todos os Servidores Públicos Municipais de Nina Rodrigues/MA, incluindo-se servidores públicos estáveis e aposentados, tendo como base territorial o município de Nina Rodrigues, Estado do Maranhão, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária de Ratificação de Fundação da entidade a ser realizada no dia 14/10/2022, tendo por local o auditório principal, localizado na sede do SINSPUMNR, à Rua São Benedito nº 78, Centro, CEP 56450-000, Nina Rodrigues/MA às 16hs em primeira convocação com 20% mais 1 dos servidores e 16:30hs em segunda convocação com qualquer número de presentes, com a seguinte ordem do dia: 1) Ratificação de Fundação do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Nina Rodrigues/MA – SINSPUMNR; 2) Ratificação do Estatuto Social; 3) Ratificação da eleição e posse; 4) Ratificação de filiação a FETRAM/CUT-MA. SUBSCRITOR; Claudenir Gomes da Silva. Endereço: Povoado Retiro, s/n. Zona Rural, Nina Rodrigues/MA, CEP: 65450-000, CPF: 027.271.903-01, PASEP: 190.386.864-74, e-mail: claudenirgomes2009@gmail.com.

Nina Rodrigues/MA, 14 de setembro de 2022.
Claudenir Gomes da Silva
Presidente do Sindicato

AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO DO RO´SARIO TORNA PÚBLICO QUE ESTÁ ADIADO O PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 29/2022-SRP/CPL - OBJETO: Contratação de empresa para execução de serviços de PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS, EM CBUQ COM ÁREA DE 32602,440 m² (5433,74 m), INCLUINDO OS SERVIÇOS: SERVIÇOS PRELIMINARES; TERRAPLANAGEM; BASE; REVESTIMENTO ASFÁLTICO E DRENAGEM SUPERFICIAL, no Município de Pedro do Rosário, para as 08:00 horas do dia 26/09/2022, horário de Brasília/DF, local https://licitanet.com.br/ . Em razão de problemas para divulgação no LICITANET. PEDRO DO ROSÁRIO-MA, 15 de setembro de 2022. JOSÉ LEANDRO SILVA RABELO – Pregoeiro Oficial.

COMUNICADO

Maria do Socorro Alencar Facanha, portadora do CPF nº 428.815.013-20, torna público que RECEBEU junto à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais – SEMA a Outorga de Direito de Uso de Água Subterrânea - ODU sob o processo nº 150662/2022 com a finalidade de uso para Dessedentação Animal, sob ponto de captação nas coordenadas geográficas 04°56'18.94" S 44°17'04.57" O, localizado na MA-026, povoado triângulo, zona rural do Município de Governador Archer.

MATEUS SUPERMERCADOS – CAXIAS CNPJ: 03.995.515/0059-83 Torna público que REQUEREU, em setembro de 2022, junto à Secretaria do Estado do Meio Ambiente - SEMA, a Outorga de Diluição - ODU, para diluição de efluentes conforme e-processo 192313/2022, sob a coordenada para ponto de lançamento de 4º 51'22.29" S, 43º 20' 35.79", situada às margens do riacho São José, Caxias - MA

RENATA NOLETO SILVA GONÇALVES CPF 889.995.723-15, torna público, que REQUEREU junto a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais – SEMA - MA, em 01/06/2022, LICENÇA ÚNICA AMBIENTAL DE REGULARIZAÇÃO-LUAR, situada na Fazenda Vaqueiro/fazenda Santa Rosa, Passagem Franca - MA, CEP 65.680-000, conforme dados constantes no Processo SEMA no 115210/2022.

Concurso do INSS: divulgado edital com 24 vagas para o Maranhão e salário acima de R$ 5 mil

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) divulgou, nesta quinta-feira (15), o edital do concurso público para técnico do seguro social. Em todo o Brasil, estão sendo oferecidas mil vagas, sendo que 24 delas são para o Maranhão, para as cidades de São Luís (15) e Imperatriz (9). Do total de vagas, 5% são destinadas a pessoas com deficiência e 20% a pessoas negras.

O cargo de técnico do seguro social do INSS exige nível médio de escolaridade. O salário é de R$ 5.905,79.

As inscrições começam nesta sexta (16) e podem ser feitas até 3 de outubro pelo site: https://www.cebraspe.org.br/concursos/inss_22. A taxa de inscrição é de R$ 85, que poderá ser paga até o dia 21 de outubro.

Poderão pedir isenção total do valor da taxa de inscrição os candidatos com cadastro atualizado no Cadastro Único (CadÚnico) ou que sejam doadores de medula óssea reconhecidos pelo Ministério da Saúde. As condições e os procedimentos de inscrição nesses casos estão especificados no edital, no tópico 6.4.8. O prazo de inscrição para esse grupo é o mesmo de quem tem condições de pagar a taxa.

Os aprovados serão convocados, de acordo com a classificação, para trabalhar nas Agências da Previdência Social espalhadas pelo país. Ou seja, eles serão lotados em qualquer agência pertencente à gerência executiva do INSS à qual optou por concorrer.

Entre as atividades que serão executadas pelos técnicos estão o atendimento ao público, orientação, informação e conscientização previdenciária e ações relacionadas ao reconhecimento de direitos previdenciários.

O concurso terá provas objetivas e curso de formação. As provas objetivas terão duração de 3h30 e serão realizadas em 27 de novembro nas cidades das 97 gerências regionais.

O INSS foi autorizado a reduzir o prazo entre o lançamento do edital e a prova objetiva do concurso público. O prazo foi reduzido para dois meses, ou seja, os candidatos terão menos tempo para se preparar para o teste após tomarem conhecimento do conteúdo programático.

A prova objetiva terá conhecimentos básicos com as disciplinas de Língua Portuguesa, Ética no Serviço Público, Noções de Direito Constitucional, Noções de Direito Administrativo, Noções de Informática e Raciocínio Lógico-Matemático. E conhecimentos específicos para temas relacionados a benefícios previdenciários e legislação previdenciária.

O curso de formação será realizado em turmas e está vinculado à ordem de classificação dos candidatos aprovados na primeira etapa do concurso. Assim, serão convocados para a matrícula no curso os candidatos classificados nas provas objetivas dentro das 1.000 vagas previstas no edital.

O curso de formação será realizado nas cidades de Belém, Belo Horizonte, Brasília, Florianópolis, Fortaleza, João Pessoa, Manaus, Rio de Janeiro e São Paulo.

O curso de formação terá a carga horária de até 180 horas presenciais, em tempo integral, com atividades que poderão ser desenvolvidas nos turnos diurno e noturno. O candidato matriculado receberá auxílio financeiro correspondente a 50% do salário do cargo.

A avaliação do curso de formação terá prova objetiva, composta de 120 itens para julgamento certo ou errado, e de prova discursiva, composta de duas questões discursivas, a serem respondidas em até 15 linhas, com o conteúdo ministrado.

A nota final no concurso será a soma da nota final das provas objetivas e da nota final obtida no curso de formação. Os candidatos serão listados em ordem de classificação por gerência executiva do INSS, de acordo com os valores decrescentes das notas finais no concurso.

O número de vagas autorizadas foi bem menor que o necessário. O INSS enviou ao Ministério da Economia pedido de 7.575 vagas, sendo 6.004 para técnico do seguro social e 1.571 para analista do seguro social.

Ex-aluno de escola pública do Maranhão é aprovado em cinco universidades dos EUA

O jovem maranhense Pedro Filipe Prado viu o sonho de estudar no exterior se tornar realidade após ser aprovado em cinco universidades dos Estados Unidos. Natural de Paço do Lumiar, na Região Metropolitana de São Luís, Pedro Filipe estudou a vida inteira em instituições da rede pública de ensino.

Após terminar o ensino médio, em 2020, o jovem não se identificou com os cursos ofertados pelas universidades do Brasil e começou a se preparar para se candidatar às instituições norte-americanas.

"Não me identifiquei com o currículo das universidades daqui de onde eu me encontrava. Então, a partir desse momento, eu busquei lugares que oferecem aquilo que eu estava procurando. Primeiro, o curso que não tem aqui e, segundo, foi o modelo de currículo que eu estava procurando", explica.

Buscando realizar o desejo de estudar no exterior, Pedro Filipe se inscreveu em oito universidades dos Estados Unidos. Os resultados começaram a chegar no mês de março, por meio de cartas físicas, enviadas pelo correio, e virtuais, disponibilizadas pelos sites das instituições.

De início, ele recebeu três respostas negativas, mas, nas semanas seguintes, o jovem foi aprovado nas outras cinco universidades que havia se candidatado. Pedro Filipe conseguiu bolsas de estudos em Stetson University (Flórida), Temple University (Filadélfia-Pensilvânia), Saint Louis University (Saint Louis- Missouri), Elizabethtown College (Pensilvânia) e Notre Dame College (Ohio).

"Eu fiquei feliz e contente por ver que todo aquele esforço durante o processo tinha valido a pena", ressalta.

Até o momento, o jovem ainda não decidiu em qual universidade vai ingressar, mas já tem a certeza de que será uma escola de Business. Para alcançar a conquista, Pedro conta que foi essencial se preparar para as etapas, pois elas são um fator determinante para a aprovação.

"O primeiro passo é acreditar em si mesmo. O segundo é se preparar, ter atenção e estudar um pouco sobre quais são as etapas. Penúltimo, procurar pessoas que tenham objetivos semelhantes e se conectar com elas. Aí sua trajetória não se torna mais fácil, mas você tem uma comunidade de apoio. Por último, ter seus objetivos claros ou ter motivos claros sobre aonde você quer chegar", conclui.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURURUPU
CNPJ 05.733.472/0001-77
Rua Getúlio Vargas, n.º 20, Centro
CURURUPU - MARANHÃO
CEP 65268-000

AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO N.º 020/2022, REGISTRO DE PREÇOS N.º 019/2022. O Município de Cururupu (MA), através da Secretaria Municipal de Fazenda, Planejamento e Administração, por meio da Comissão Permanente de Licitação - CPL, avisa aos interessados que fará realizar Licitação na seguinte modalidade e condições. Modalidade: Pregão Eletrônico. Modo de disputa: Aberto. Tipo de Licitação: Menor Preço por Lote, que será regida pela Lei n.º 10.520/2002 e Decretos Municipais n.º 018/2021, n.º 062/2021 e subsidiariamente, as disposições da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FABRICAÇÃO E INSTALAÇÃO DE ESTRUTURAS METÁLICAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICIPIO DE CURURUPU – MA. Data e horário do início da disputa: 14h30 (quatorze horas e trinta minutos), do dia 30/09/2022. Site para realização do Pregão: www.licitanet.com.br . Poderão participar da Licitação todas as empresas especializadas no ramo, que comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital, para a execução de seus objetivos. Maiores informações poderão ser obtidas no site do LICITANET e no site da Prefeitura Municipal de Cururupu, www.cururupu.ma.gov.br , e também nos dias de expediente das 08:00 às 12:00 horas, no Setor de Licitação do Município de Cururupu - MA, onde poderão ser consultados gratuitamente, desde que em mídia. Dúvidas e esclarecimentos, e-mail: cpl.cururupuma@gmail.com. Cururupu - MA, 14 de setembro de 2022. Genilde Matos Maia - Secretária Municipal de Fazenda, Planejamento e Administração.

AVISO DE LICITAÇÃO. TOMADA DE PREÇO Nº 005/2022. A Comissão Permanente de Licitações – CPL da Prefeitura Municipal de CURURUPU-MA, com autorização do ordenador de despesa, avisa aos interessados que fará realizar Licitação na seguinte modalidade e condições. Modalidade: TOMADA DE PREÇO. Tipo de licitação: Menor preço Global, que será regida pela Lei nº 8.666/93, suas alterações. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA IMPLANTAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM CONCRETO NA SEDE MUNICIPAL, ILHAS E ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE CURURUPU/MA. ABERTURA: 04 de outubro de 2022, ás 14:30 (quatorze horas e trinta minutos), na sala da Comissão Permanente de Licitação – CPL, situado na Rua Getúlio Vargas, n.º 20 - Centro - Cururupu – MA, onde serão recebidas e abertas a DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA. Participarão da Licitação todas as firmas especializadas no ramo, que comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital, para a execução de seus objetivos, perante a Comissão Permanente de Licitação – CPL. Maiores informações poderão ser obtidas na Sala da Comissão Central de Licitações e Contratos, no endereço acima, no horário das 8:00 (oito) às 12:00 (doze) horas, de segunda à sexta-feira no Setor de Licitação do Município de CURURUPU- MA, no site da Prefeitura (https://cururupu.ma.gov.br), bem como o portal do SINC CONTRATA, podendo ainda ser solicitado gratuitamente, desde que em mídia, via e-mail: cpl.cururupuma@gmail.com. CURURUPU- MA, 14 de setembro de 2022. Tayanna Mendes Guimarães – Presidente da CPL.

AVISO DE REPUBLICAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO N.º 019/2022, REGISTRO DE PREÇOS N.º 018/2022. O Município de Cururupu (MA), através da Secretaria Municipal de Fazenda, Planejamento e Administração, por meio da Comissão Permanente de Licitação - CPL, avisa aos interessados que fará realizar Licitação na seguinte modalidade e condições. Modalidade: Pregão Eletrônico. Modo de disputa: Aberto. Tipo de Licitação: Menor Preço por Lote, que será regida pela Lei n.º 10.520/2002 e Decretos Municipais n.º 018/2021, n.º 062/2021 e subsidiariamente, as disposições da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações. Objeto: Registro de Preço para futura e eventual Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de veículos médios e leves, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Cururupu – MA. Data e horário do início da disputa: 09h30 (nove horas e trinta minutos), do dia 30/09/2022. Site para realização do Pregão: www.licitanet.com.br . Poderão participar da Licitação todas as empresas especializadas no ramo, que comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital, para a execução de seus objetivos. Maiores informações poderão ser obtidas no site do LICITANET e no site da Prefeitura Municipal de Cururupu, www.cururupu.ma.gov.br , e também nos dias de expediente das 08:00 às 12:00 horas, no Setor de Licitação do Município de Cururupu - MA, onde poderão ser consultados gratuitamente, desde que em mídia. Dúvidas e esclarecimentos, e-mail: cpl.cururupuma@gmail.com. Cururupu - MA, 10 de agosto de 2022. Genilde Matos Maia - Secretária Municipal de Fazenda, Planejamento e Administração.

PF investiga organização criminosa que alicia jovens para tráfico internacional

Policiais federais realizam, nesta quinta-feira (15), operações em quatro estados, cumprindo sete mandados de prisão preventiva, seis de prisão temporária e 22 de busca e apreensão, expedidos pela 3ª Vara Federal de Passo Fundo (RS).

A ação da Polícia Federal (PF) acontece nas cidades de Passo Fundo, Marau, Caxias do Sul e Montenegro, no Rio Grande do Sul; Itapema e Itajaí, em Santa Catarina; Curitiba, Fazenda Rio Grande, Cascavel, Laranjeiras do Sul, ambas no Paraná, e Valinhos e Vinhedo no estado de São Paulo.

A Justiça determinou ainda o bloqueio de cerca de 130 contas bancárias de 30 envolvidos. A Operação Rookies investiga uma organização criminosa especializada no tráfico internacional de drogas e lavagem de dinheiro.

As investigações começaram a partir da descoberta de que um homem, que estava preso por tráfico de drogas, conseguia agenciar de dentro da cela remessas de drogas para Europa. Ele tinha o apoio de outros detentos e pessoas externas, que aliciavam jovens, de preferência sem antecedentes criminais, e diante de pagamento, para levarem drogas para o exterior.

Em novembro de 2019, um homem foi preso com quatro quilos de cocaína no aeroporto de Zurique, na Suíça. No mesmo mês, um casal, também foi preso com drogas em Copenhagen, na Dinamarca. Nos dois casos, os envolvidos tinham saído do Brasil. Ainda segundo a PF, outros casos envolvendo envio de drogas para o exterior, e que resultaram em prisão estão sendo investigados.

A PF diz que essa organização, cuidava da distribuição regional de drogas em Passo Fundo e, para isso, recebia cocaína e maconha de Curitiba. Do litoral de Santa Catarina, vinham drogas sintéticas, que eram repassadas para traficantes locais, que estavam à frente do comércio de varejo dos produtos do crime.

Esse grupo é investigado também, por lavagem de dinheiro oriundo do tráfico, já que movimentavam grandes quantias de dinheiro utilizando contas de laranjas, pessoas usadas na ocultação de bens ilícitos ou de origem incerta. Entre 2017 e 2021, esse grupo de laranjas teria movimentado cerca de R$ 220 milhões.

Os envolvidos vão responder pelos crimes de tráfico internacional de drogas, organização criminosa e lavagem de dinheiro. A Operação conta com o apoio também de integrantes da Polícia Penal da Superintendência dos Serviços Penitenciários, do Rio Grande do Sul, e do Departamento de Polícia Penal, do Paraná.

PF faz operação para combater tráfico internacional de cocaína

A Polícia Federal (PF) deflagrou na manhã de hoje (15) uma operação contra o tráfico internacional de drogas no Porto de Santos, no litoral paulista.

A Operação Pedra Bruta é consequência de sete prisões ocorridas em março do ano passado em um dos terminais do Porto de Santos, após tentativa de embarcar mais de uma tonelada de cocaína em um contêiner que seguiria para o exterior.

Segundo a PF, durante as investigações foram identificados funcionários do terminal que estariam envolvidos com o esquema criminoso. O responsável pelo esquema, de acordo com o órgão, já se encontra preso preventivamente pelos crimes de tráfico de entorpecentes e de lavagem de dinheiro.

A operação de hoje foi para cumprir três mandados de busca e apreensão e um de prisão preventiva, expedidos pela Justiça Federal.

Durante as buscas, um dos investigados foi preso em flagrante por posse irregular de arma de fogo.

PF realiza operação contra fraudes em licitação e superfaturamento de contratos em Presidente Dutra, no MA

Nesta quinta-feira (15), a Polícia Federal deflagrou uma operação denominada 'Arfante' contra um grupo criminoso suspeito de fraudes em licitações e contratos envolvendo recursos públicos federais que deveriam ser utilizados no combate à pandemia da Covid-19 em Presidente Dutra, a cerca de 355 km de São Luís.

A operação também está sendo realizada em Colinas e Teresina (PI). Ao todo, há 13 investigados na operação, incluindo empresas, os secretários de Saúde e de Assistência Social do Município, que foram proibidos de frequentar as secretarias e a Prefeitura.

Segundo a PF, as investigações começaram quando a Secretaria de Estado da Fazenda identificou irregularidades na emissão de notas fiscais de compra e de venda de insumos por uma empresa contratada por meio da Prefeitura de Presidente Dutra.

Nas investigações, foram confirmados alguns indícios de que contratos para a compra de insumos hospitalares estavam sendo direcionados pela Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal Assistência Social, em benefício de uma empresa privada que não foi identificada.

Ainda segundo a polícia, o valor dos contratos entre a Prefeitura de Presidente Dutra e a referida empresa corresponde a mais de 50% de todo o recurso investido pelo Município no combate a pandemia.

Foram, ao todo, gastos R$ 2.072.298,92 para aquisição de equipamentos de proteção individual (EPIs), equipamentos hospitalares e medicamentos, mas com valores supostamente superfaturados.

A Polícia Federal também identificou que a mesma empresa possui 33 contratos com prefeituras do interior do Maranhão, sendo 31 somente com a Prefeitura de Presidente Dutra. Desses contratos investigados, há indícios de que ocorreram falsificação de assinaturas e montagem de preços apresentados pelas empresas concorrentes, em processos de dispensa de licitação.

Os contratos investigados tiveram origem em processos administrativos de dispensa de licitação, nos quais a Polícia Federal encontrou diversos indícios de montagem nas propostas de preços apresentadas pelas empresas participantes, bem como indícios de falsificação de assinaturas.

A Polícia Federal verificou ainda que as mesmas empresas que participaram dos processos de dispensa de licitação também participaram de outros processos licitatórios realizados pela Prefeitura de Presidente Dutra, sendo que duas dessas empresas não foram localizadas, o que gera a suspeita de serem empresas fantasmas.

Na operação desta quinta-feira (15) estão sendo cumpridos 12 mandados de busca e apreensão contra 13 investigados, após determinações da 1ª Vara Federal Criminal.

Se confirmadas as suspeitas, os investigados poderão responder pelos crimes de fraude à licitação, peculato, sonegação fiscal, lavagem de capitais e associação criminosa, com penas que, somadas, podem chegar a 34 anos de prisão.